

2

Pressupostos teóricos e metodológicos

Neste capítulo, dividido em três partes, apresentamos os estudos que consideramos mais relevantes sobre o tema de nossa pesquisa - respostas a elogios; os pressupostos teóricos que a fundamentam, e por último, a metodologia utilizada.

2.1

Considerações iniciais

Dentro do campo de pesquisas sobre atos de fala, os elogios e as respostas a elogios, segundo Rose (2001), estão entre os mais amplamente estudados ao redor do mundo, assim como os pedidos e as desculpas. Os trabalhos de Pomerantz (1978) são, geralmente, citados como pioneiros sobre esse tema, mais especificamente sobre respostas a elogios, assim como o trabalho de Wolfson e Joan Manes, (1980, apud ROSE, 2001) apontado como o primeiro a fornecer uma descrição detalhada sobre o aspecto formulaico dos elogios em inglês americano. Segundo Alencar (2004) o conceito de fórmula pode ser definido como “uma palavra ou um grupo de palavras, provérbios, expressões idiomáticas, orações, etc” (p.19), que auxiliam o falante na comunicação diária, a fim de evitar a necessidade da produção de sequências originais a cada realização de enunciados, ou seja, para se transformarem em fórmulas, essas expressões precisam “sempre ser algo que para o instinto da fala seja uma unidade que não pode ser mais analisada ou decomposta da mesma forma que uma combinação livre pode” (WRAY, 2002, apud ALENCAR, 2004, p.19). No caso dos elogios, Wolfson e Manes (1980) constataram que os mesmos são feitos com um número muito reduzido de itens lexicais e uma limitada gama de padrões sintáticos, além se referirem a poucas categorias, como aparência física, posse, habilidades ou características da personalidade, Trabalhos posteriores confirmaram essas primeiras descobertas e foram estendidos a outras variedades de inglês, como os de Holmes (1988), por exemplo, sobre a Nova Zelândia. Nessa pesquisa, além da apresentação de um levantamento exaustivo dos recursos pragmatolinguísticos disponíveis para se fazer elogios em inglês, foram feitas abordagens sobre os tópicos adequados dos mesmos (dentro das categorias acima mencionadas), sobre a distribuição de gênero no ato de elogiar (o que - em termos de

frequência de utilização - parece favorecer as mulheres) e também informações úteis sobre questões sociopragmáticas que envolvem esse ato de fala.

De acordo com Rose (2001), apesar de não atrair tanta atenção na literatura como o elogio, as respostas a elogios também têm sido o foco de uma boa dose de investigação, desde os trabalhos pioneiros de Pomerantz (1978), continuados por estudos como os de Herbert (1986) e Holmes (1986), entre outros (ver ROSE, 2001). Muitos pesquisadores, desde então, vêm identificando as estratégias de respostas possíveis para elogios em outras línguas e qual a importância dessas diferenças nas relações interculturais, através do cruzamento das formas de respostas usadas em culturas distintas, como CHEN, 1993, LORENZO-DUS, 2001, WANG e TSAI, 2003 ou CHENG, 2003, entre outros. Acreditamos que o grande interesse por comparações entre os comportamentos linguísticos de diferentes culturas se deve à necessidade imperiosa da comunicação intercultural gerada pela modernidade, conforme mencionamos anteriormente. O que esses estudos revelam é que esses atos de fala exigem um alto grau de competência comunicativa, ou seja, competências gramaticais e pragmáticas, para serem identificados, compreendidos e realizados adequadamente, e que, como os conhecimentos acerca das mesmas diferem de uma cultura para outra, há sempre o risco de mal-entendidos. A fim de exemplificar essa potencialidade de riscos, citamos os diferentes entendimentos sobre reações a elogios entre chineses e americanos mencionados por Rose (2001): enquanto os primeiros consideram que a aceitação pode representar ‘um ego bastante inflado’, devendo, portanto, ser evitada, estes últimos consideram que a mesma pode representar a compreensão do ouvinte sobre a intenção do falante de ter usado o elogio como um meio de começar uma conversa, por exemplo.

Consideramos que o grande interesse que esses atos de fala despertam nos estudiosos sobre questões de linguagem e de comunicação intercultural demonstram a importância dos mesmos nas interações humanas.

No Brasil, entretanto, verificamos um número bastante reduzido de trabalhos sobre elogios, o que colabora para a justificativa da nossa investigação. Almeida (2004), num artigo destinado a apresentar a alunos de PL2E ‘como e porque se elogia em português’, esboça uma sistematização das estratégias dos elogios e das respostas a elogios encontradas no português do Brasil (especificamente no estado do Rio de Janeiro). Seus dados indicam que os mesmos “podem ser respondidos através de uma linguagem formalizada” e que as respostas podem ser tanto de aceitação como de rejeição, sendo

que esta última ocorre quando o elogiado se vê impedido de aceitar o elogio por modéstia.

2.2 Fundamentação teórica

Dentro dos estudos referentes ao ensino/aprendizagem de línguas (materna e estrangeira), é corrente o uso da expressão ‘competência comunicativa’. Esse conceito, que há alguns anos, tem ocupando um importante espaço nessa área é atribuído a Dell Hymes (1974, apud NEVES, 2004), que defendia a necessidade de se incorporar a dimensão social ao conceito de competência linguística e de se adotar a noção de adequação do uso da linguagem. De acordo com essa perspectiva, as línguas não são formadas por estruturas estanques nem homogêneas, e, para a produção de um discurso apropriado é preciso que o indivíduo, além do conhecimento das regras gramaticais de um sistema linguístico, possua o conhecimento de regras contextuais e pragmáticas que sustentem sua produção. Ocorre que, nem todo indivíduo tem consciência de que as formas mais ordinárias das ações humanas diárias estão presas a padrões de comportamentos, e, muito menos, que estes podem variar, dependendo do lugar onde ocorram (WOLFSON, 1990). Por isso, quando o mesmo precisa ou quer interagir numa cultura diferente da sua, muitas vezes pode ser surpreendido por posturas e atitudes diferentes das que ele julgava naturais para essas ações. Esse encontro com o diferente pode se dar tanto em ocorrências de interpretação como de produção de situações comunicativas, gerando desconforto, constrangimento e/ou insegurança para o mesmo.

Acreditamos, assim, que todo aquele que vai atuar em outra cultura precisa despertar para possíveis diferenças nas formas de agir em diferentes contextos de interação comunicativa, para que possa, pouco a pouco, adquirir a competência pragmática do uso da sua língua alvo, podendo, desse modo, transitar adequadamente (e competentemente) nos diversos ambientes discursivos com os quais poderá se deparar. Entretanto, o ensino de L2/LE geralmente não chama a atenção do aprendiz para esse fato, focando sua atenção, sobretudo, nas estruturas gramaticais e não nas adequações de uso das mesmas. Entendemos que o despertar dessa consciência pragmática pode e deve partir da iniciativa dos profissionais envolvidos com o ensino de LE/L2, para que o mesmo tenha oportunidade de desenvolver habilidades que lhe permitam saber quando falar, quando

não falar, a quem falar, onde e de que maneira. Considerando o exposto, reiteramos nossa convicção de que o sentido essencial dos estudos da linguagem, voltados para o ensino de línguas, é poder levar o aprendiz a interagir o melhor possível dentro da comunidade ‘estrangeira’ onde ele precisa ou quer atuar, o que justifica a escolha de nossa fundamentação teórica para este trabalho, baseada fundamentalmente na Pragmática e na Antropologia Cultural.

Acreditamos que o aporte teórico escolhido poderá nos ajudar na busca da compreensão da forma de o falante nativo carioca responder a elogios, em situações cotidianas.

2.2.1

Visão sócio-pragmática

Muitas são as abordagens, segundo Martins (2002) que podem compor uma visão sócio-pragmática do discurso, como

“(...) a análise da conversa etnometodológica, a pragmática (de Grice), a teoria dos atos de fala (de Searle e Austin), a sociolinguística variacionista, a etnografia da comunicação e a sociolinguística interacional.” (p.2)

Curiosamente, ou talvez por isso mesmo, a definição do termo ‘pragmática’ tem sido apontada como uma tarefa nada simples dentro dos estudos da linguagem, conforme podemos observar na seguinte afirmação: "A pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro saco de gatos" (RAJAGOPALAN, 1999, p.1). Ou, ainda, nesta outra: “O interesse da pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita - na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural"....(idem)

Dentre as muitas (in)definições geradas por infindáveis discussões entre estudiosos, começamos, então, pela mais elementar que a considera como o estudo da linguagem em uso, ou seja,

“[...] o estudo da linguagem realizado enquanto prática social concreta, examinando, portanto a constituição do significado linguístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e *consequências* desses usos. A pragmática não seria assim apenas um segmento dos estudos da linguagem, mas o seu campo privilegiado.” (MARCONDES, 2000. p.3)

Entendemos, assim, como essencial da teoria pragmática a compreensão das interações comunicativas como ações que vão muito além da expressão e compreensão de um pensamento através da enunciação de estruturas gramaticais dotadas de significados. Um conjunto de outras dimensões (linguísticas, cognitivas, psicológicas, sociais e culturais) deve ser considerado para a identificação de princípios que governam o uso de uma língua. Esse novo foco dentro dos estudos da linguagem exigiu o desenvolvimento de métodos de análise que permitissem a observação desses outros elementos considerados.

2.2.1.1 Atos de fala

Dentre as muitas questões que essa teoria geral do uso da língua suscitou, se destaca a teoria dos atos de fala. Essa teoria, desenvolvida inicialmente por Austin (1990), desafiou a visão de que as condições de verdade seriam centrais para o entendimento e uso da linguagem, propondo uma forma de lidar sistematicamente com esse uso. A visão da época se fundava na concepção de uma realidade externa objetiva e sobre a qual a linguagem verbal era capaz de produzir assertivas verdadeiras ou falsas - base das teorias do significado da tradição semântica. Austin (idem), percebendo que tal postulação era limitada frente aos múltiplos usos da linguagem verbal, desenvolveu a teoria dos atos de fala:

“A teoria dos atos de fala, que tem por base conferências de Austin publicadas postumamente em 1962 sob o título *How to do things with words* (AUSTIN, 1990), concebe a linguagem como uma atividade construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação.” (PINTO, 2004, p.57).

O argumento do autor era de que a língua não se presta somente a descrever a “realidade”, mas também a alterá-la e, até mesmo, a criar novas realidades. Seus estudos, então, se orientaram no sentido de demonstrar como os segmentos linguísticos poderiam servir não só para a descrição de estados de coisas como para a realização de ações. Preocupa-se, dessa forma, com o uso da linguagem entendido como uma forma de ação, ou seja, como modos de se realizar atos por meio de palavras. A esses constituintes elementares do uso da linguagem natural, o autor denomina atos de fala:

“Para Austin o ato de fala é composto de três partes, três atos simultâneos: um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por eu prometo..., ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. Através destes três atos, Austin faz a distinção entre sentido e força, já que o ato locucionário é a produção de sentido que se opõe à força do ato ilocucionário; estes dois se distinguem do ato perlocucionário, que é a produção de um efeito sobre o interlocutor.” (OTTONI, 2002, p.27)

De acordo com Levinson (2007), o foco de interesse de Austin se voltou principalmente para o ato ilocucionário, que “se realiza diretamente pela força convencional associada à emissão de certo tipo de enunciado em conformidade com um procedimento convencional[...]” (p.301). Para o autor, as realizações desses atos se caracterizam pela combinação de intenções do falante com as convenções sociais, e que existem condições apropriadas para que haja sucesso nas realizações desses atos. Como todo ato de fala é fruto de uma interação social, está vinculado a regras e formas de conduta que sustentam as condições de felicidade do mesmo, ou seja, as condições de sucesso deste ato.

Posteriormente, por não considerar suficientemente claros os critérios ou princípios para classificação propostos por Austin, Searle (1969) propõe novos critérios em termos dos quais os atos devem se caracterizados, além de propor a distinção de um tipo de ato do outro.

“Searle, em seu *Speech Acts* (1969), retoma questões importantes concernentes às tendências contemporâneas da filosofia da linguagem, visando à construção de um ponto de vista lingüístico para a teoria dos atos de fala. Esse autor adota o conceito de ‘finalidade ilocutória’ para classificar os usos lingüísticos, salientando que há um número limitado de coisas que fazemos com a linguagem e que podem ser simultâneas. Para o autor, falar uma língua é adaptar uma forma de comportamento regido por regras”. (WILSON, 2008, p.93)

Assim, a teoria dos atos de fala sustenta que usar uma língua pressupõe a execução de ações dentro de um determinado contexto sócio-cultural e busca dar conta de como esses elementos contextuais contribuem para a realização das mesmas.

“Para entendermos agora o sentido de um enunciado, é preciso recorrer além do contexto lingüístico, ao extralingüístico, considerando quem diz, quando diz, para quem diz, como diz. Trata-se de elementos circunstanciais que fazem parte de todo o contexto em que o enunciado está inscrito e que, reunidos, estruturam o seu sentido.” (WILSON, 2008, p.95)

2.2.1.2 O princípio da cooperação

Outro princípio importante da pragmática foi criado pelo filósofo inglês Henry Paul Grice, que admitia ser a conversa, assim como qualquer atividade humana, uma atividade racional e cooperativa, guiada por um princípio de cooperação mútua entre os falantes (OLIVEIRA, 2008).

A partir dessa ideia, o autor formula uma semântica que distingue o significado literal - que não varia de acordo com o contexto, do significado do falante - este, sim, específico a um contexto determinado. Para Grice (apud MARCONDES, 2005), as expressões de um falante, geralmente, são sempre mais do que o significado literal do que foi dito, e sua compreensão, por parte do ouvinte, depende da interpretação das verdadeiras intenções desse falante contidas nessas expressões. Só a partir dessa análise, o ouvinte será capaz de decidir qual dos significados deve dar a expressão ouvida. Com o exemplo: “Neste semestre meus alunos são verdes” (MARCONDES, 2005), podemos constatar a impossibilidade de interpretação exclusivamente ancorada no significado literal. Mas como se dá o reconhecimento dessas intenções implícitas? Segundo Martins (2002, p.5),

“Neste sentido, é central o conceito de 'implicatura': uma inferência sobre a intenção do falante, que resulta da decodificação de significados e da aplicação de princípios conversacionais. Ou seja, as implicaturas do tipo conversacional são inferências não convencionais e não marcadas discursivamente por conectivos como "portanto", sendo fruto da capacidade racional dos falantes (GRICE, 1980). Nas palavras de Grice: ‘Para deduzir que uma implicatura conversacional determinada se faz presente, o ouvinte operará com os seguintes dados: (1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o princípio da cooperação e suas máximas; (3) o contexto, linguístico ou extralinguístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior; e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1) - (4) são acessíveis a ambos os participantes e ambos sabem ou supõe que isto ocorra’ (GRICE, 1957: 93).”

Buscando uma forma de análise que permitisse a reconstrução desse processo de significação indireta, Grice propõe um modelo de funcionamento ideal de interação comunicativa, regida pelo que o mesmo denomina de Princípio de Cooperação:

“Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. (...) Quantidade: Torne sua

contribuição tão informativa quanto exigido (para os propósitos presentes da conversação); Não torne sua contribuição mais informativa do que foi exigido; Qualidade: Não diga aquilo que você acredita ser falso; Não diga aquilo para o qual não possua evidência; Relação ; Seja relevante. Modo ;Evite a obscuridade da expressão; Evite ambiguidade; Seja breve; Seja ordenado” (GRICE,1967, apud OLIVEIRA, 2008, p.208-209).

Embora o autor considere os contextos extralinguísticos e o conhecimento de mundo dos falantes essenciais para a análise dos significados, é acusado por outros estudiosos, segundo Martins (2002), de não ter investigado em que consistiria exatamente este conhecimento, o que teria resultado “na idealização da categoria ‘contexto” (p.6).

Na busca de uma visão mais abrangente da linguagem humana, alguns teóricos propõem novas perspectivas para as investigações, como veremos a seguir.

2.2.1.3 Contribuições da sociolinguística interacional

A sociolinguística interacional é um campo de estudos oriundo da confluência de diversas áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Linguística voltado para a investigação do fenômeno comunicativo. Aversa à visão idealizada e harmônica de comunicação, a teoria sociointeracional admite uma visão conflituosa desse fenômeno e muda o foco da análise.

O antropólogo e linguista John Gumperz é considerado o fundador da sociolinguística interacional. Partindo da etnografia da comunicação, o teórico buscava identificar a relação entre a diversidade linguística e a cultura (VINE e STUBBE, 2003). Seu trabalho interessa-se pela identificação da interferência do grupo social nas práticas linguísticas, ou seja, qual o impacto do contexto social nas interações comunicativas. Sua pesquisa orienta-se na busca do conhecimento que os falantes devem compartilhar e o que eles devem fazer para serem capazes de tomar parte ou para se manterem envolvidos em uma conversa. A mudança de foco se dá a partir análise das formas de conversação, seus padrões sequenciais para os processos interpretativos que subjazem sua produção:

“Em linhas gerais, a sociolinguística interacional coloca o conhecimento sócio-cultural-cognitivo que se constrói e se expressa nas interações face a face como foco central de análise. Tal conhecimento está na base das interpretações sobre a situação comunicativa, dos papéis desempenhados e dos enunciados

produzidos pelos participantes. A questão básica desta tradição de análise sociolinguística é o quão bem sucedida é a comunicação e como este sucesso está relacionado ao conhecimento sociolinguístico. Assim, são focos centrais da sociolinguística interacional a forma como os membros de uma comunidade identificam os eventos de fala, como o input social varia no curso da interação e como o conhecimento social produz a interpretação das mensagens. O significado é, portanto, construído por um processo complexo de sinais lingüísticos e não lingüísticos ancorados no contexto (SCHIFFRIN, 1994, apud MARTINS, 2002,p.4)

2.2.1.3.1 Polidez

O conceito de polidez pode ser considerado como um aspecto universal das sociedades humanas. Entendida como um conjunto de normas sociais que regulam o comportamento de todas as comunidades, a polidez estará sempre vinculada a cada cultura e a sua respectiva língua. Portanto, todo ser humano que vive em sociedade deve conhecer as regras que organizam suas respectivas comunidades (num sentido amplo ou restrito), a fim de se situar de maneira adequada, ou seja, “conhecer as regras sociais implica saber agir de acordo com os padrões que regem a polidez e distinguir quando ela está sendo utilizada ou não” (AQUINO, FÁVERO, ANDRADE, 1998, p.70-71).

Segundo Oliveira, entretanto, a polidez além de uma prática, é também um foco de interesse de estudiosos do comportamento lingüístico e social que têm procurado responder às perguntas como “Quem é polido, quando, onde e por quê?” (p.9) A autora afirma, ainda, que o primeiro modelo teórico referente à prática da polidez na interação foi introduzido por Robin Lakoff (1973), como desdobramento dos conceitos de Grice.

“Considerando essas questões de aceitabilidade de uma comunicação, e complementando Grice, que Lakoff postula duas regras de competência pragmática: seja claro e seja polido. A primeira regula a comunicação eficiente, nos termos de Grice, a segunda, o comportamento interpessoal apropriado para a evitação do conflito. Para a regra da polidez, a autora propõe três sub-regras universais: 1: Não imponha – é a regra da DISTÂNCIA, refere-se ao afastamento esperado em situações formais entre os interlocutores e o falante com o assunto. 2: dê opções, é a regra da DEFERÊNCIA. Opera com a R1 ou onde a R1 é inadequada é usada em situações formais e sugere que o falante não deve parecer categórico na expressão de suas crenças, sentimentos. Através de uma fala que aparentemente hesitante, o falante parece transferir a opção da decisão para o ouvinte. Faça A sentir-se bem – seja amigável, é a regra da CAMARADAGEM – sincera ou não, e é aplicada especialmente em situações que não

envolvem formalidade. O ouvinte é tratado como igual, diferentemente do que ocorre quando é aplicada a regra 1.” (OLIVEIRA, 2008, p.210-211)

Assim como Lakoff (1973), outro autor também considera o princípio do cooperativismo proposto por Grice ao abordar questões referentes ao fenômeno da polidez, embora faça uma distinção entre este princípio e o princípio de polidez: Geoffrey Leech (1983). Para este autor, enquanto

“o princípio do cooperativismo se associa às máximas conversacionais para explicar como um enunciado pode veicular uma mensagem implícita (...) o princípio da polidez se associa às máximas de polidez para explicar com qual finalidade esse ato deve ser usado.” (OLIVEIRA, 2004, p.114)

Assim, enquanto para o autor, o princípio do cooperativismo (ou cooperação) está voltado para os objetivos discursivos, o princípio da polidez se volta para a manutenção do “equilíbrio social e as relações amigáveis” (idem). O autor sugere, então, uma subdivisão do princípio da polidez em seis máximas:

“*tato* (minimize o custo do outro e maximize o benefício do outro); (...) *generosidade* (minimize o benefício de si próprio e maximize o custo de si próprio); (...) *aprovação* (minimize a reprovação do outro e maximize a honra do outro); (...) *modéstia* (minimize seu orgulho, sua vaidade e maximize sua modéstia); (...) *concordância* (minimize a desavença entre as pessoas e maximize a concordância entre as pessoas) e *simpatia* (minimize a antipatia e maximize a simpatia)”. (WILSON, 2008, p.103-104)

Entretanto, segundo o autor (idem) nem todas essas máximas têm a mesma importância, o que faz com que as quatro primeiras formem dois pares e as primeiras de cada par sejam mais importantes que as segundas. Assim, as máximas do *tato* e da *aprovação* são mais importantes que as da *generosidade* e da *modéstia*.

Como pudemos observar, tanto Lakoff (1973) como Leech (1983) entendem polidez como normas que são usadas para reduzir a possibilidade de conflito em uma interação, ou seja, “um conjunto de normas sociais usadas para regular a vida em sociedade – seja na forma de sub-máximas ou na forma de um princípio de polidez” (OLIVEIRA, 2008, p.11).

Apesar da importância dos trabalhos pioneiros dos autores apresentados, contudo, considera-se que Penelope Brown e Stephen Levinson (1987) sejam os teóricos mais influentes dessa área, talvez por terem sistematizado uma teoria para a polidez. A nova proposta rompe com a noção de polidez como um conjunto de normas, e a concebe como

“uma atividade – preservação da face – inerente à interação” (OLIVEIRA, 2008, p.12). Mas para falar sobre os trabalhos desses autores, é necessário falar, antes, sobre os estudos de Goffman (1967), nos quais os mesmos se basearam. Para o autor, toda conversa é um encontro social, em que os participantes realizam ações, a partir de um sistema de regras convencionalizadas. Essas ações são entendidas pelo autor como rituais breves que, baseadas nos conceitos de Durkeim (MORAES, 2001), podem ser classificadas como rituais positivos, destinados a sustentar a conversa, e assim, a aproximar o falante do ouvinte, e rituais negativos que visam ao objetivo oposto, ou seja, visam manter o ouvinte distante do falante, numa tentativa de autopreservação ou preservação do “eu”. Outro conceito importante de Goffman (1983) se refere à questão da face, que foi por ele definida como “valor social positivo que uma pessoa realmente reivindica para si, a partir da linha que os outros pressupõem que ela tenha adotado, durante um contato particular” (apud SILVEIRA, 2002, p.234). Tais valores positivos são relacionados à ideia de dignidade, autorespeito e prestígio que os indivíduos tentam preservar tanto em relação a si próprios como em relação ao seu interlocutor, no intuito de preservar a harmonia da situação de interação. Assim, em toda interação, “as pessoas formam opiniões e julgam umas às outras, com base nos comportamentos verbais e não-verbais manifestos” (SILVEIRA, 2002, p. 209), o que faz com as faces estejam constantemente ameaçadas. Sendo assim, os interactantes envolvidos em situação de interação precisam se empenhar para manter essas faces reivindicadas, empenho este ao qual se denominou trabalho de face (face-work).

A partir desses conceitos, Brown e Levinson (1987) fazem um desdobramento do conceito de face, em face positiva e face negativa.

“todo falante fluente em sua língua é dotado de duas propriedades: (i) – razão que lhe permite escolher os meios adequados para os fins pretendidos e (ii) face, que, na definição de Goffman, ([1959] 1953, 1967) se refere à autoimagem pública que uma pessoa constrói, sustenta ou perde em função da linha de conduta adotada no decorrer de uma interação. De acordo com os autores a face é a grande motivação para o comportamento polido. Em nossas interações, seríamos guiados por um princípio de respeito a dois desejos de face: o de não sofrer imposição (face negativa) e o de ser aprovado/aceito em certos aspectos (face positiva)”(OLIVEIRA, 2008, p.211).

Segundo esses autores, ainda baseados nas ideias de Goffman (apud OLIVEIRA, 2008), todos os participantes desejam sempre satisfazer seus dois desejos de face, o que nos leva a entender toda atividade verbal é um ato de ameaça à face em potencial. Ao mesmo tempo, entretanto, exceto em situações de urgência ou de ‘ruptura social’, esses

participantes desejam manter a consideração pelo outro. O recurso encontrado para a solução desse dilema se encontra no uso permanente de estratégias discursivas que possam atenuar essas ameaças: as estratégias de polidez. A partir dessas constatações, Brown e Levinson (1987) passam a buscar um inventário desses atenuadores utilizados para mitigar os atos de ameaça às faces. Esses procedimentos de atenuação objetivam assegurar uma transmissão eficaz da informação e, ao mesmo tempo, a harmonia das relações sociais por meio da satisfação das faces dos interlocutores envolvidos na interação. Para isso, numa interação comunicativa, os falantes sempre podem contar com as estratégias de polidez positiva, que visa tentar satisfazer as aspirações desse interlocutor; a polidez negativa, que buscam evitar imposições ao interlocutor, e a polidez indireta (*off record*), representada por atos comunicativos indiretos, que permitem ao locutor emitir atos ameaçadores da face, evitando responsabilidades ou deixando a interpretação por conta do interlocutor. Ocorre que as culturas não orientam a polidez numa mesma direção, ou seja, o que pode ser considerado polido para uns não necessariamente será para outros.

As ideias expostas acima vêm confirmar o que apresentamos anteriormente sobre competência comunicativa, ou seja, que o conhecimento do sistema linguístico de uma comunidade não é suficiente para garantir um uso adequado do mesmo. É necessário que se compreenda também a organização social ao qual ele pertence para que se possa fazer um uso adequado do mesmo. Ainda assim, o comportamento polido dependerá do contexto em que a interação esteja ocorrendo. As estratégias não são fixas. O que pode ser considerado impolido em determinada situação, pode ser esperado como adequado em outra. Conforme Tracy & Barayz (1994, apud OLIVEIRA, 2008, p.220), “(...) não se podem formular regras de polidez livres de contexto.” Assim, o que pode ser considerado como ameaça à face positiva num contexto, como a crítica, por exemplo, em outro (como num congresso), pode ser considerado como ato de reivindicação de face de competência e inteligência por parte de quem a faz.

Entendemos que a idéia da universalidade de polidez, portanto, só se sustenta enquanto prática social, mas não como forma de expressão. Acreditamos que as estratégias com função de polidez podem variar não só de uma cultura para outra, como dentro de uma mesma cultura. Essa concepção reforça o objetivo do nosso trabalho, no sentido de identificar e analisar um aspecto da linguagem humana bastante sensível a questões culturais e sociais, que é a resposta a elogios, suas estruturas linguísticas e as respectivas estratégias de polidez.

2.2.2

Antropologia cultural e Interculturalismo

O primeiro passo para introduzir os conceitos da Antropologia cultural e do Interculturalismo deve ser a definição de cultura. Contudo, muitas são as definições existentes na literatura de diversas áreas de estudos sobre as sociedades humanas. São tantas as conceituações, que a tentativa de (re)construção desse termo tem sido uma das tarefas da antropologia moderna (LARAIA, 2001). O senso comum a compreende como o conjunto das manifestações dos indivíduos de uma sociedade, como as artes, as danças, as comidas, etc., mas ela pode ser entendida também como um sistema de padrões de comportamento, desenvolvido historicamente por cada sociedade. Bennett (1998, apud SILVA, 2007) denomina cada uma dessas visões de cultura objetiva e cultura subjetiva, respectivamente. Segundo Laraia (2001), esses comportamentos variam de uma cultura para a outra, mas não são determinados genética ou geograficamente:

“(...) o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.” (p.12)

Assim, toda cultura fornece aos indivíduos, desde que nascem, uma visão da realidade que, por sua vez, é construída historicamente pela sua sociedade. Esse sistema simbólico de compreensão e organização da realidade funciona como lentes que os seres humanos usam para enxergar o mundo. Segundo DaMatta (2004), assim como os seres humanos, cada sociedade usa apenas “um número limitado de vivências para construir-se como algo singular (...)”(p.9), dentro de um número infinito de experiências possíveis. Conforme esses indivíduos, agrupados em sociedade, interagem entre si e com o mundo que os cerca, vão construindo e desenvolvendo sua cultura, o que demonstra o caráter dinâmico da mesma. Cada grupo social, entretanto, terá visões distintas da realidade que o cerca, como se cada cultura diferente usasse lentes diversas (LARAIA, 2001). Essas visões diferentes do mundo vão influenciar no modo como as sociedades constroem seus valores e seus modelos de comportamento. O caráter dessa influência é tão profundo, que mesmo em atividades consideradas como parte da fisiologia humana essas diferenças culturais, tais como o riso, por exemplo, podem ser observadas. Sendo assim, pode-se compreender por que “todo comportamento desviante tende a causar uma reação

depreciativa” (LARAIA, 2001, p.35) ou, como bem observou o poeta, por que *Narciso acha feio o que não é espelho*¹.

Consideramos, a partir desses pressupostos, que o ato de elogiar e suas respectivas respostas são ações, dentro das práticas sociais vinculadas à linguagem, carregadas de valores específicos de cada cultura, o que significa possuírem regras de comportamentos diferenciados dentro de cada uma. Assim posto, entendemos que cada cultura determinará seu conjunto de tópicos ‘elogiáveis’, suas regras de usos e, conseqüentemente, suas formas adequadas de respostas.

É justamente esse campo líquido, de onde emergem diversas possibilidades de interpretações e reações, que justifica a relevância do nosso trabalho. Entendemos que todo estrangeiro que deseja interagir em uma cultura distinta da sua precisa tornar-se capaz de compreender e de conviver com uma nova forma de olhar o mundo. Uma das formas possíveis de o mesmo se capacitar para essa nova forma de atuar no mundo é por meio do contato com professores de línguas estrangeiras, desde que estes estejam devidamente preparados para tal. A colaboração desses profissionais precisa ir para além do ensino de estruturas linguísticas, voltando-se também para o esclarecimento dos padrões de comportamento vigentes na sua própria cultura. Mas, para isso, é imprescindível que tenham um conhecimento consistente acerca de sua realidade cultural, ou seja, de sua própria forma de pensar e de agir. Acreditamos que, somente com uma ampla compreensão das razões que nos levam a agir como agimos, podemos lidar com maior segurança nos possíveis confrontos provocados pelas visões distintas e muitas vezes antagônicas trazidas pelo olhar estrangeiro.

Todo estudioso da área de português como língua estrangeira e/ou como segunda língua sabe (ou deveria saber) que a forma de o brasileiro se relacionar com outros indivíduos tende a ser sempre mais informal do que formal, ou seja, mais próxima, mais descontraída, mais afetiva (cf. MEYER, 2002). Mesmo nas situações em que a formalidade é exigida, observa-se a tendência pela aproximação. Dentre as várias explicações para esse aspecto de nossa cultura, encontra-se o conceito de *Homem cordial*, Holanda (2002), baseado numa visão histórica da evolução econômica e social da humanidade. Segundo o autor, a partir da instituição do sistema moderno de industrialização, houve uma separação entre o espaço familiar e o espaço do trabalho, ocorrendo uma modificação nas relações humanas. No espaço do trabalho, a partir de

¹Caetano Veloso em ‘Sampa’, 1978

então, suprimiu-se a ‘atmosfera de intimidade’, (idem, p.142) assim como os laços afetivos e de sangue. A fim de sobreviver a esses novos tempos, os indivíduos foram forçados a adotar “atitudes antifamiliares” como o espírito de iniciativa pessoal e de competição entre si. No Brasil, entretanto, o desenvolvimento econômico não gerou a transformação correspondente no que diz respeito à percepção da diferença entre um domínio público e um privado – ou da família e do trabalho. De acordo com Holanda (2002), esse fato acarretou um desequilíbrio social que permanece até hoje, uma vez que o brasileiro não consegue agir, em nenhuma esfera, destacado de seus interesses particulares. Desse modo, a prevalência do espírito familiar dentro de nossa sociedade explicaria o modelo de nossas relações para todas as esferas da vida social. O jeito ‘cordial’ do brasileiro, portanto, poderia ser entendido como uma maneira de resistir à condição de indivíduo que só pode “apoiar-se em si próprio em todas as circunstâncias da existência” (idem, p.147), motivo que o leva ao constante desejo de ‘estabelecer intimidade’.. Acreditamos que essa característica do povo brasileiro pode ser um dos fatores de influência da forma como o falante nativo carioca reage aos elogios, nos vários contextos de seu cotidiano

Conforme vimos até aqui, parece-nos que o homem tende a considerar seu modo de vida como o mais correto, acreditando que a vida deve ser vivida através de um único conjunto de valores, de um único modelo, enfim, de uma única definição do que é a existência. Desse modo, o “diferente” causa desconforto, insegurança, uma vez que fragiliza as crenças que estruturam as próprias verdades, ou seja, que sustentam sua própria estrutura. Assim, é possível compreender a intensa influência que a cultura exerce sobre diversas dimensões da vida humana e, conseqüentemente, a acentuada dificuldade que um grupo cultural tem de pensar essas dimensões sem a estrutura que o sustenta e o significa.

Sabe-se que a globalização da economia é um acontecimento que, por natureza, favorece a interculturalidade. As transformações que esse processo acarreta ultrapassam a dinâmica da intensa troca de produtos e serviços entre países, ou seja, estimulam, também, o maior contato entre diferentes grupos sociais. Da mesma forma, os avanços tecnológicos, especialmente das telecomunicações, têm contribuído, notadamente, para a interação de pessoas, de idéias, de significados, enfim, de diferentes culturas, evidenciando a diversidade cultural global. Segundo Bennett (1998), o estudo da comunicação intercultural vem tentar responder a questões emersas das sociedades multiculturais surgidas na modernidade. Para este autor, o que, há algum tempo, era restrito a um pequeno grupo de indivíduos

que precisavam atuar em culturas estrangeiras - como diplomatas, funcionários internacionais e viajantes, passou a ser extensivo a todos nós, habitantes de uma mesma aldeia global. Dessa forma, as questões da compreensão intercultural se desdobram de maneira cada vez mais complexa, exigindo, por isso, a atenção de estudiosos para esta área. Assim, esses estudos vêm buscando identificar que tipo de comunicação será necessário dentro dessas sociedades tão diversificadas e que tipos de competências os indivíduos terão de desenvolver para interagir satisfatoriamente entre si. Dentre os inúmeros passos a serem dados na direção de uma convivência pluricultural harmônica, destaca-se o que acreditamos ser o ponto de partida e de sustentação de todos os demais: aprender a lidar com a diferença, pois como bem nos aponta Bennett (1998), estamos sempre evitando a diferença cultural, até mesmo dentro de nossa própria cultura. De acordo com o autor, a comunicação dentro de uma dada cultura é baseada na semelhança, o que permite com que as pessoas possam compartilhar alguns pressupostos e se sentir seguras para atuar e, de alguma forma, predizer as reações de seus interlocutores, o que faz com que a diferença sempre represente um potencial de incompreensão e de atrito. A comunicação intercultural, entretanto, é baseada justamente na diferença, pois não há a linguagem comum nem os mesmos padrões de comportamento e de valores formando uma base sobre a qual os participantes das interações sociais possam construir seus significados, ou seja, esse tipo de comunicação só é possível se esses participantes aprenderem a lidar com as diferenças que se lhes apresentem.

Outra questão importante para nossa pesquisa, trazida pelos estudos interculturais, refere-se ao risco das generalizações culturais e de consequentes estereótipos. Entendemos a definição de estereotipagem como a encontrada em Amossy (2008):

“(...) a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica” (p.125-126)

Toda construção de identidade cultural é, pois, fundada em generalizações que permitem agrupar características compartilhadas pelos membros dos grupos que a compõem. Segundo Bennett (1998), entretanto, toda imagem estereotipada deve ser entendida como parcialmente verdadeira, uma vez que nunca poderá representar fielmente a totalidade das características dos membros de qualquer cultura. Assim, com base nessa visão, consideramos importante salientar que as conclusões apresentadas nesta pesquisa não devem ser entendidas como as únicas possibilidades de reações a elogios, entre os falantes do Rio de Janeiro. Entendemos que as reações encontradas apontam para uma direção e não para o fim de um caminho.

Para concluir, observamos que se a interação de grupos sociais identificados com normas de conduta e com conjuntos de valores distintos pode provocar estranhamentos e rejeições, pode também permitir a criação e a recriação de sentidos, descortinando inúmeras possibilidades de se entender o mundo, o que só enriquece a vida dos indivíduos que dela participam. Alguns teóricos (cf. ADLER, 1998) especulam sobre um novo tipo de pessoa que poderá surgir no *mundo intercultural* que a modernidade

parece nos reservar. Acreditamos, assim, que o tema da interculturalidade ocupará cada vez mais espaço para a compreensão desse novo tempo. Dentro das limitações do presente trabalho, então, buscamos nesses estudos elementos que nos auxiliem na análise de nossa realidade cultural, e que esta possa contribuir, de alguma forma, para a adaptação de nossas futuras relações interculturais.

Consideramos, assim, que, com o embasamento teórico apresentado, poderemos analisar satisfatoriamente as questões levantadas. Nossa investigação será feita a partir da metodologia que detalharemos a seguir.

2.3 Metodologia

A metodologia usada neste trabalho é de natureza qualitativa. Devido à escassez de informações sobre o tema, avaliamos que nosso objeto de estudo pode ser considerado ainda em fase de construção. Segundo Serapioni (2000),

“Os métodos qualitativos devem ser utilizados quando o objeto de estudo não é bem conhecido. Por sua capacidade de fazer emergir aspectos novos, de ir ao fundo do significado e de estar na perspectiva do sujeito, são aptos para descobrir novos nexos e explicar significados” (p.190).

A quantificação das respostas escolhidas em cada situação foi realizada apenas com o objetivo de identificar a preferência dos informantes relativa às formas mais e menos adequadas para reagir aos elogios apresentados. Consideramos importante ressaltar que, apesar de ser um procedimento da metodologia quantitativa, esta não caracteriza a base da presente pesquisa, visto que o interesse de nossa investigação está centrado identificação e descrição do nosso objeto de estudo.

A coleta de dados foi dividida em duas partes. A primeira parte, visando à identificação e à compreensão das principais formas de RE idealizadas pelos falantes nativos de PB do Rio de Janeiro, foi feita por meio de um questionário (cf. Anexo 1), elaborado com situações ordinárias de elogios, seguida, cada uma delas, de respostas, dentre as quais os informantes tiveram de escolher a mais e a menos adequada. O questionário conta com 11 perguntas e foi respondido por 20 (vinte) falantes de português do Rio de Janeiro.

Decidimos pelos fatores identidade pessoal dos elogiadores e dos elogiados (sexo), grau de proximidade entre eles e contexto situacional como base para a elaboração das

situações apresentadas. Os informantes foram divididos em dois grupos: um composto por 10 (dez) mulheres e outro por 10 (dez) homens, com idades entre 20 (vinte) e 55 (cinquenta e cinco anos), representando o perfil adulto da população.

A elaboração de perguntas considerando diferenças de sexo e grau de proximidade entre o elogiador e o elogiado se deve à nossa pressuposição de que esses aspectos podem ser determinantes na escolha das RE. Nossa hipótese aponta para diferenças entre respostas masculinas e femininas a elogios masculinos e femininos, assim como para diferenças decorrentes do grau de proximidade entre os interactantes. Além dos dois fatores acima mencionados, decidimos pela delimitação de dois contextos situacionais para nossa observação: um mais formal, relacionado a situações de trabalho e de estudo e outro informal, ligado a situações de encontros sociais de lazer, assim como a situações de encontros casuais na rua. Buscamos verificar a influência desses fatores na escolha não só das estruturas linguísticas como dos padrões de comportamento em situações de RE, julgando que os mesmos nos permitam compreender mais claramente a maneira como os cariocas reagem ao ato de fala elogio. A linguagem informal foi escolhida visando à elaboração de respostas que pudessem refletir o registro mais frequente das interações diárias dos falantes nativos cariocas, na maior parte dos contextos sociais.

Os tópicos que usamos para a elaboração do questionário se referem respectivamente à aparência física – beleza ou elegância; a habilidades – competência ou eloquência; a uma característica da personalidade – simpatia; e a posse – roupa.

Por considerarmos possíveis inconvenientes na aplicação de um questionário muito longo, não incluímos todos os três fatores – sexo, distanciamento social e contexto situacional – em cada uma das situações apresentadas. Sendo assim, em algumas delas, necessitamos restringir nosso foco de observação sobre esses possíveis fatores de interferência. Por esse motivo, acreditamos ser importante ressaltar a manutenção de nossa hipótese sobre a importância desses três fatores em todas as situações analisadas, e que os casos de não observância de alguns deles não configuram a ideia de menos relevância. Em trabalhos futuros, em que se considere um prazo mais extenso para a coleta de dados e para a análise dos mesmos, julgamos imprescindível uma descrição mais ampla do universo que envolve o maior número de variáveis que podem interferir nas RE.

Com o resultado da análise dos dados do questionário pretendemos compreender de que forma os cariocas recebem e entendem os elogios referentes aos tópicos mencionados, e, conseqüentemente como reagem aos mesmos. Consideramos relevante o conhecimento

desse aspecto, visto tratar-se de um dos padrões de comportamento de nossa cultura, e está inserido no conjunto de práticas, realizadas pela linguagem, em nosso cotidiano.

A segunda parte da pesquisa foi elaborada tomando como base o método experimental utilizado por Herbert (1986), em seu trabalho sobre respostas a elogios entre falantes nativos de inglês. Nesta pesquisa, os dados foram colhidos em interações naturais, a partir de anotações sobre as respostas aos elogios intencionalmente provocados por seus assistentes.

Em nosso trabalho, a coleta dos dados foi feita a partir de gravações de elogios provocados, sem o conhecimento prévio dos participantes, que, posteriormente, foram avisados e solicitados a fornecer as respectivas autorizações para o uso das informações na pesquisa. Os informantes foram separados em dois grupos com o mesmo perfil dos escolhidos para o questionário, ou seja, homens e mulheres do Rio de Janeiro, entre vinte e cinquenta e cinco anos. Cada grupo composto respectivamente de cinco informantes (homens e mulheres) conhecidos do elogiador, e de outros cinco (homens e mulheres) desconhecidos, que foram escolhidos em situações de atendimento ao público (lojas, bancos ou outros).

Dos tópicos de elogios abordados no questionário, escolhemos o que consideramos um dos mais frequentes em todos os níveis de interações entre os brasileiros: o relativo a posse, especificamente sobre peça do vestuário – uma roupa ou um adorno.

Duas motivações nos levaram à escolha dessa segunda parte do trabalho, a saber, uma comparação com as respostas escolhidas nos questionários, visando identificar diferenças entre os padrões ideais e reais de comportamento e a possibilidade de identificação de um repertório mais amplo tanto de estruturas linguísticas como de estratégias de polidez usadas pelos falantes nativos cariocas para reagirem a elogios. Por considerarmos que, em situação de entrevista, o informante é geralmente levado a responder o que considera mais adequado, optamos por provocar os elogios sem o conhecimento dos informantes, para que os mesmos respondessem de forma natural.

Importante ressaltar que não tivemos a pretensão, no presente trabalho, de dar conta da totalidade das expressões possíveis em nosso idioma a respeito das RE, pois sabemos que muitos outros fatores (como relação de poder ou personalidade, por exemplo) contribuem para uma geração infinita de possibilidades. Nosso objetivo é poder fornecer instrumentos seguros para o aprendiz de PL2E, que os auxiliem no início da construção do seu lugar de interactante em uma cultura diferente da sua. Com um repertório restrito, porém seguro, ele poderá começar a interagir sem eventuais equívocos que

possam levá-lo a inesperados constrangimentos. Além disso, visamos poder despertar no aprendiz uma consciência sobre a forma multifacetada como se estruturam as diferentes culturas, sobretudo do ponto de vista das relações sociais. Acreditamos que essa consciência possa transformar-se em preciosa ferramenta para ajudá-los a buscar e a identificar, desse ponto em diante, as diferentes formas de agir em uma cultura diversa da sua. Entendemos que essa pode ser uma forma mais segura e mais confortável de se percorrer o caminho desconhecido de uma terra estrangeira.